

# Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Visão de conjunto<sup>1</sup>

*Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt<sup>2</sup>*

*Caroline Corso de Carvalho/ Júlia Manzano/ Júlia Pereira Tarragó<sup>3</sup>*

## Introdução

Não conhecemos obra que, no âmbito da história do jornalismo português ou do jornalismo brasileiro, tenha dado especial atenção às terras que, em África ou Ásia, também receberam a influência de Portugal e que, por decorrência, em algum momento, igualmente experimentaram a imprensa e o jornalismo, ainda nos tempos de colonização. Este estudo está, de certo modo, por ser feito, e a ele passamos a nos dedicar, recentemente, instigado e orientado por Salvato Trigo<sup>4</sup>. De modo geral, os estudos sobre imprensa colonial portuguesa dão destaque apenas ao Brasil<sup>5</sup>. Quanto às histórias da imprensa brasileira, não fazem nenhuma menção à existência de uma imprensa que, contemporânea a ela, naquele século XIX, e ao longo de boa parte do século XX, desenvolveu-se nas demais colônias de Portugal. E se se encontram histórias individualizadas do jornalismo e da imprensa, tais como praticados em Angola, Moçambique, Goa, Cabo Verde, ou em quaisquer outras colônias portuguesas, não se tem, contudo, uma visão de conjunto<sup>6</sup>.

Estas observações as fizemos, ainda em fins de 2008<sup>7</sup>, quando apresentávamos um primeiro estudo a respeito do tema. Passados quatro anos,

---

1 Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História dos Media e do Jornalismo – 2011, no âmbito da Universidade Nova, de Lisboa. 6 e 7 de outubro de 2011.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ Pesquisador do CNPq/ Presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Membro do Conselho Consultivo da SBPjor – Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

3 Alunas Bolsistas de Iniciação Científica, vinculadas ao projeto sobre “História da Imprensa luso-brasileira – O jornalismo das antigas colônias de expressão portuguesa”, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt. Há uma quarta aluna envolvida no projeto, Bruna Souza, que não pode estar presente pessoalmente a este Congresso.

4 Trata-se de projeto de Pós-doutorado, desenvolvido sob o patrocínio da CAPES, entre abril e julho de 2008, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do Dr. Salvato Trigo. A pesquisa buscou localizar, levantar e analisar todos os jornais de colônias portuguesas que integram o valioso acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Posteriormente, apresentamos e tivemos aprovado projeto de pesquisa no CNPq, no período 2009-2012, que aprofundou o tema. Em consequência, foram propostos sub-projetos para alunos de Iniciação Científica à própria PUCRS, CAPES, CNPq e Fapergs.

5 TENGARRINHA, José – História da imprensa periódica portuguesa, Lisboa, Caminho. 1989.

6 O conceito de jornalismo ou imprensa colonial de expressão portuguesa, buscamos-lo em TRIGO, Salvato – Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa, Porto, Brasília. 1977, generalizando-o para o nosso estudo.

7 HOHLFELDT, Antonio – “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação” in Comunicação & Sociedade, São Paulo, INTERCOM, Ano 30, n.º. 51, Janeiro-Junho de 2009, ps. 135-154.

continuamos com a mesma perspectiva, infelizmente, motivo pelo qual resolvemos trazer tal debate a este Congresso.

Este trabalho parte daquela primeira redação de um estudo de maiores proporções, que se insere num largo projeto sobre uma história do jornalismo luso-brasileiro, jornalismo que antecede, inclusive, à imprensa. Valemo-nos, para isso, dentre outros autores, do entendimento expresso por Maria Cecília Guirado<sup>8</sup> (2001, p. 22), que considera “os primeiros relatos do Descobrimento do Brasil como sendo as primeiras reportagens escritas em terra brasileira”. Ela refere o documento de Pero Vaz de Caminha a respeito da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500) e o **Diário da navegação**, de Pero Lopes de Sousa, sobre a viagem empreendida sob o comando de Martim Afonso de Sousa, seu irmão e primeiro governador do Brasil (1530). Pode-se estender esse conceito aos demais relatos de viagens e de descobertas, tanto quanto àqueles reunidos sob a denominação genérica de *histórias trágico-marítimas* que enfocam naufrágios e fugas de batalhas diante de piratas<sup>9</sup>. Há narrativas que antecedem a introdução da imprensa em Portugal, como as **Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota capitaina**, de 1558. É evidente, contudo, que a introdução da imprensa facilitou a circulação deste tipo de informação, mesmo que a Corte Portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos.

Seja como for, com a chegada da imprensa, o jornalismo impresso não tardou a se manifestar em Portugal. As primeiras notícias foram impressas em Portugal no ano de 1626, sob a forma de carta e com o título de Relação universal do que succedeo em Portugal, e nas mais províncias do Ocidente e Oriente em Março de 625 até todo Setembro de 626. O redactor assinou com o pseudónimo de Francisco de Abreu, mas seu nome verdadeiro era Manuel Severim de Faria, clérigo e escritor que em 1628 faria imprimir outra Relação do que succedeo em Portugal, e mais províncias do Oriente, e Ocidente, desde Março de 1626 até Agosto de 1627 - a primeira impressão foi em Lisboa e a segunda em Évora<sup>10</sup>.

Neste meio tempo, com o auxílio valioso de alunos de iniciação científica, todo o material trazido da Biblioteca Pública Municipal do Porto foi devidamente

8 GUIRADO, Maria Cecília – Relatos do descobrimento do Brasil. As primeiras reportagens, Lisboa, Piaget. 2001, p. 22.

9 BRITO, B. G. – História trágico-marítima, Rio de Janeiro, Lacerda Editores-Contraponto. 1998.

10 SOUSA, Jorge Pedro et alii – A gênese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2007.

digitado, organizado em dois ficheiros – um em ordem alfabética das publicações e outro em ordem cronológica – sempre diferenciando cada uma das antigas colônias, juntando-se, então, o fichamento com as imagens recolhidas e digitalizadas. Passamos, então, à postagem deste material, no portal criado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS – o NUPECC – Núcleo de Pesquisas em Ciências da Comunicação, que apresenta, sempre que possível, devidamente digitalizadas, as primeiras edições de cada uma daquelas publicações encontradas no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto<sup>11</sup>. Hoje, todos esses periódicos encontram-se disponibilizados, pública e gratuitamente, no endereço [www.pucrs.br/famecos/nupecc](http://www.pucrs.br/famecos/nupecc), em que se encontra uma entrada geral e os *links* específicos de cada acervo, que contém, além das imagens digitalizadas, um artigo geral a respeito da história do jornalismo de cada uma das antigas colônias, bem como dados sumários a respeito de cada publicação. O processo ainda não está acabado, pois carece de revisão e de complementos de outros materiais que foram trazidos no formato de cópias reprográficas e que devem ser ainda digitalizados.

## Movimento colonial

As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XIV, com especial ênfase no reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das batalhas de Ceuta (em agosto e setembro de 1415), a que se segue a conquista da Grã Canária, a partir de 1424<sup>12</sup>. Em 1º de maio de 1460, Diogo Gomes e António da Noli descobrem a ilha de São Tiago, do arquipélago de Cabo Verde<sup>13</sup>; o mesmo Diogo Gomes chega à ilha de Santo Antão, do Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte. Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão atinge a Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola), estabelecendo aí relações comerciais com o Reino do Congo<sup>14</sup>. A 1º de março de 1498, Vasco da Gama desembarca na ilha de

---

11 Devemos mencionar, aqui, especiais agradecimentos à Sra. Dra. Carla Souza, responsável pela Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, que facilitou-nos acesso a livros e documentos presentes nos ricos acervos das bibliotecas portuguesas; e também à Sra. Dra. Marta Rua, Diretora Técnica da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sem cujo apoio decidido e decisivo teria sido impossível digitalizar todo este material que, atualmente, procuramos colocar à disposição de eventuais interessados.

12 BRANDÃO, F. C. – História da expansão portuguesa (1367-1580) – Uma cronologia, Odivelas, Europress. 1995.

13 GONÇALVES, J. J. – A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, Lisboa, ISCSPU. 1966.

14 GONÇALVES, J.J. – A informação em Angola – Alguns subsídios para o seu estudo, Lisboa, ISCSPU. 1964.

Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge<sup>15</sup>. Naquele mesmo ano, Vasco da Gama visita Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral *descobre* o Brasil.

As regras básicas estabelecidas pela Coroa para as colônias não são diferentes umas das outras. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa sob a perspectiva de uma só estratégia e política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que, ao longo dos séculos, vão se desenrolar nas próprias colônias e, às vezes, em Lisboa, junto às Côrtes: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colônias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos. Uma dessas políticas era a completa interdição de prelos nas colônias, realidade que avassalou a todas, à exceção de Goa, na Ásia.

O Brasil, por exemplo, só conhecerá a imprensa em 1808, quando a Família Real, por força da invasão de Napoleão Bonaparte e a pressão da Inglaterra, termina por deslocar-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com isso, cria-se a Imprensa Régia e logo depois nosso primeiro jornal, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Quanto às demais colônias, foi Bernardo Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira quem, em 1836, no artigo 13º do Decreto de 7 de dezembro, determina que se fundem, nas possessões ultramarinas, publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colônias<sup>16</sup>. Pessoalmente, entendo que a inversão da antiga política colonial portuguesa, de absoluta interdição do prelo em suas terras, deveu-se, quer aos movimentos liberais do Porto, de 1817, quer ao que se sucedeu, culminando com a independência do Brasil, em 1822. Causa espécie, de qualquer forma, a reversão tão radical da antiga política: da interdição absoluta, ao longo de três séculos, passa-se ao reconhecimento, e mais – à determinação – para que se crie – oficial, embora – a imprensa em cada uma das então colônias.

Em Angola, a primeira máquina de imprimir foi trazida por Joaquim António de Carvalho Menezes, um filho do país, em 1842. Enviada para Luanda, através de navio, curiosamente o barco afundou, segundo José de Fontes Pereira, por orientação da metrópole<sup>17</sup>. Em 1845, o Governador Geral, Pedro Alexandrino da

---

<sup>15</sup> MÚRIAS, Manuel – **História breve da colonização portuguesa**, Lisboa, Ática. 1940, ps. 53 e 54.

<sup>16</sup> LOURENÇO, J. P. C. – **A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923**, Luanda, Instituto Superior de Ciências da Educação – Universidade Agostinho Neto. 2003.

<sup>17</sup> GONÇALVES, José Júlio – **A informação em Angola. Alguns subsídios para o seu estudo**, op. cit..

Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro se publica a primeira edição do Boletim Oficial.

Em Moçambique, a imprensa se inicia em 1854, também com a criação de um Boletim Oficial, que se publica a partir de 13 de maio daquele ano, sob os auspícios do Governador Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, que a exaltou: “A imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao Commercio, á indústria, aos interesses, e á civilização d’uma grande parte dos povos do universo”<sup>18</sup>.

Da mesma maneira, em Cabo Verde, o Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde começa a circular a partir de 24 de agosto de 1842, portanto, ainda antes que em Angola. A publicação era formada basicamente por duas grandes editorias, a de “Interior”, dedicada às questões de Portugal, e a de “Exterior”, dedicada às notícias advindas dos demais países. A editoria do “Interior”, por seu lado, desdobrava-se entre a *parte oficial* – com documentos do governo, e a *parte não oficial* – que na primeira edição trazia o manifesto do jornal, mas que nas demais edições dedicar-se-ia a temas diversos, como era a prática da Gazeta de Lisboa ou da Gazeta do Rio de Janeiro. O editor preocupou-se em destacar, naquela primeira e histórica edição, a importância do surgimento da imprensa naquele arquipélago.

Mas será Goa, na Índia, que antecederá a todos, pois sua imprensa se iniciara ainda em 1556<sup>19</sup>. Goa constituía, com Damão e Diu, a chamada Índia Portuguesa: “Foram ali publicados 7 órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 jornais diários, 23 literários, 15 de interesse científico, 5 sobre Direito, 4 de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, todos impressos em português, além de outros publicados em português e, simultaneamente, noutros idiomas”<sup>20</sup>. Esta imprensa, contudo, dedicou-se exclusivamente à impressão de livros, como as **Conclusiones Philosophicas**, de 1556, ou o **Cathecismo da doutrina christã**, de 1557, de autoria de São Francisco Xavier; imprimiu, ainda, livros de catequese, almanaques e santinhos: tudo material religioso, a que se somariam, depois, livros religiosos hindus, como o **Purana**, de 1654. Contudo, com a expulsão dos jesuítas de todo o território português, a partir

---

18 CARVALHO E MENEZES, Vasco Guedes – Apresentação do Boletim do Governo da Província do Moçambique, transcrito por DIAS, Raul Neves – A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954 (Subsídios para a sua história), Lourenço Marques, Imprensa Nacional. 1957. Mantivemos a grafia da época, prática que vamos observar ao transcreverem-se documentos históricos.

19 NEVES, J. A. – História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo, Lisboa, Direcção Geral de Comunicação Social. 1989, p. 69.

20 NEVES, J. A. – História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo, op. cit., p. 103.

de 1750, este processo foi interrompido, sendo retomado apenas a partir de 22 de dezembro de 1821, antecipando-se, mesmo, pois, à decisão real, através da Gazeta de Goa, redigido sob a responsabilidade de José Aniceto da Silva<sup>21</sup>. A imprensa jornalística em Goa, assim, começou sem a chancela oficiosa, eis que o Boletim do Governo do Estado de Goa começará a circular apenas em 7 de dezembro de 1837, administrado pelo Secretário de Governo, António Mariano de Azevedo, auxiliado pelo cônego Caetano João Peres e Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda<sup>22</sup>.

A esta primeira imprensa, *oficiosa*<sup>23</sup>, seguir-se-á uma imprensa não-oficial, que pode ser assim referenciada: em Angola, segundo Júlio de Castro Lopo (1964), o semanário A civilização da África portuguesa, de 6 de dezembro de 1866, em Luanda, abre este novo período. O jornal era editado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, contando já com tipografia própria. Tratava-se de um “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa”<sup>24</sup>.

O progresso, de 9 de abril de 1868, inicia o processo em Moçambique, editado a partir da ilha do mesmo nome. O jornal se propunha a ser um “hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”, mas sofreu a censura já na sua primeira edição e assim se extinguiu<sup>25</sup>.

No Cabo Verde, o primeiro jornal independente é de 1º de outubro de 1877 e se chamava Independente, por si só mais do que significativo. Tratava-se de um “semanário noticioso, literário e político”<sup>26</sup>.

Quanto a Goa, teria sido, segundo António dos Mártires Lopes, o jornal A imprensa de Goa, publicado a partir de 22 de dezembro de 1821, que teria aberto tal processo<sup>27</sup>.

<sup>21</sup> DEVI, Vimala et SEABRA, Manuel de – **A literatura indo-portuguesa**, Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1971.

<sup>22</sup> CUNHA, António Maria da – **A evolução do jornalismo**, Imprensa Nacional, Nova Goa. 1923, Vol. 1.

<sup>23</sup> Interessante observar que tal imprensa oficiosa, tal como ocorreu com a Gazeta do Rio de Janeiro, não se limitava a publicar os documentos oficiais de governo, mas terminava por divulgar informações variadas, inclusive bailes e até mesmo anúncios publicitários, podendo, por isso mesmo, ser considerada como jornal, em sentido mais estrito.

<sup>24</sup> ERVEDOSA, C. – **Roteiro da literatura angolana**, Lisboa, Edições 70. 2001, p. 25.

<sup>25</sup> DA INTRODUÇÃO DA TIPOGRAFIA À PASSAGEM DE LOURENÇO MARQUES A CIDADE – CONTEXTO HISTÓRICO (1854 – 1887).

<sup>26</sup> GONÇALVES, J. J. – **A informação em Angola – Alguns subsídios para o seu estudo**, op. cit. p. 40.

<sup>27</sup> LOPES, António dos Mártires – **Imprensa em Goa**, Lisboa, Comissão do Governo para os Assuntos do Estado da Índia. 1971, p. 56.

## Periodização e pesquisa

Pesquisadores costumam dividir a história da imprensa portuguesa em três períodos, como quer José Tengarrinha; também a imprensa colonial pode ser dividida em três etapas, embora não correlacionadas necessariamente com as da metrópole.

Para Portugal, pode-se adotar a seguinte periodização:

- a) desde a Gazeta, de 1641, até a revolução liberal de 1820;
- b) desde 1820, ao terceiro quartel do século XIX, o que corresponde ao surgimento da imprensa enquanto empresa;
- c) desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias.

Imagino que se deveria acrescentar pelo menos um novo período posterior ao 25 de abril de 1974, por tudo o que é apresentado, dentre outros, por Nuno Rocha, em “Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”, no âmbito da obra maior de Alejandro Pizarroso Quintero<sup>28</sup>.

Quanto ao jornalismo colonial, há autores que defendem também uma divisão em três períodos, como o faz Júlio Castro Lopo, a propósito do jornalismo angolano, o que pode, porém, ser generalizado ao jornalismo das demais colônias, à exceção do Brasil:

- a) imprensa oficial ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais*, até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;
- b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia, até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) imprensa profissional, a partir daquele momento, quando o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e onde, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Entendo que, da mesma forma que em Portugal, mas com conseqüências mais amplas, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deveria considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974,

---

28 RODRIGUEZ, Alberto Pena et ROCHA, Nuno – “História do jornalismo português” in in QUINTERO, A. P. – História da imprensa, Lisboa, Planeta. 1994.

porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com conseqüências mais do que evidentes.

O que se conhece da história desse jornalismo? Quem foram seus nomes referenciais? Que características tinha essa imprensa que dependia, simultâneamente, de leis emanadas desde a metrópole, sofria o controle religioso (ainda que menos presente do que aquele que ocorria no próprio Portugal), enfrentava as autoridades locais e, mesmo assim, persistia em buscar a informação e, sobretudo, veicular a opinião?

A bibliografia é relativamente escassa, inclusive em Portugal, e sobretudo dispersa. Por isso, foi essa a etapa de pesquisa a que nos dedicamos inicialmente. Durante pouco mais de três meses, trabalhamos diariamente no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto<sup>29</sup>, levantando esses jornais, alguns dos quais em péssimas condições de conservação. Graças a uma cooperação muito decidida da direção da instituição<sup>30</sup>, buscamos cópias digitalizadas de pelo menos cada uma das primeiras edições dessas publicações (ou a primeira das disponíveis, porque muitas coleções existem com jornais já em avançado período de publicação e circulação, como ocorre, por exemplo, com O futuro, de Lourenço Marques, que se encontra apenas a partir de seu quinto ano de existência, ou dos artigos que entendemos serem interessantes para um estudo mais aprofundado, especialmente aqueles que discutiam os conceitos sobre a função da imprensa e do jornalismo, a perversão da censura e os desafios que a função jornalística provocava para os seus praticantes.

O trabalho buscou registrar:

1. título;

---

29 O projeto, como dissemos, foi proposto pelo Dr. Salvato Trigo, autor de diferentes obras sobre a literatura angolana e que, em anos pretéritos, estudou detidamente esta imprensa, sem chegar a publicar uma obra mais profunda sobre ela. O acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto é bastante rico nestes jornais, embora bem menos do que se gostaria. O acervo disponível resulta do fato de a Biblioteca do Porto constituir-se em local de depósito legal das publicações portuguesas, ao longo dos séculos XIX e XX, incluídos os jornais. Assim, os periódicos ali reunidos vinham por correios, dirigidos à Biblioteca, segundo se vê no endereçamento da última página de cada um deles, em manuscrito. Foram sendo conservados na medida do possível. São apenas três os títulos disponíveis quanto ao século XIX; mas são exuberantes as coleções do século XX, embora de alguns se tenha apenas um ou pouquíssimos exemplares, e de outros se encontrem coleções quase completas, anos a fio. Alguns apresentam-se com uma periodicidade mínima, obrigados a suspender provisoriamente, o que em geral significou definitivamente, sua circulação, por força da censura, da pressão política ou das dificuldades financeiras (a mais comum das quais o não-pagamento das assinaturas ou da própria publicidade). Centramos nossa atenção naqueles periódicos do século XIX disponíveis, ao que acrescentamos as observações disponíveis graças aos historiadores da imprensa dessas nacionalidades, e aos jornais editados nas quatro primeiras décadas do século XX, sobretudo até 1935, devido à intervenção que o Estado Novo, de António de Oliveira Salazar, e sua censura, terminou por exercer sobre tais publicações.

30 Além dos acervos já mencionados, algum outro material foi mandado buscar à Biblioteca Pública Almeida Garrett, da cidade do Porto; à biblioteca da Universidade do Minho; à Universidade Católica Portuguesa de Lisboa e à própria Biblioteca Nacional de Lisboa, a cujas direções devemos, igualmente, agradecimentos, inclusive quanto à consulta e reprodução de livros especializados sobre o tema.



2. características genéticas<sup>31</sup> e suas modificações através do tempo;
3. linha editorial;
4. período de circulação/ período de disponibilidade da coleção;
5. temas abordados;
6. publicidade divulgada;
7. história de alguns jornais e/ou revistas de maior destaque ou longevidade;
8. história de alguns jornalistas e/ou fundadores/diretores de jornais, por seu papel de pioneiro ou pela inovação trazida;
9. explicitação do conceito e a missão da imprensa e do jornalismo; o problema do enfrentamento com a censura, fosse ela qual fosse;
10. as principais polêmicas promovidas;
11. relações entre as publicações, sejam da mesma colônia ou de colônias diferentes; ou delas com a metrópole; ou delas com o Brasil;
12. a presença do Brasil em suas páginas;
13. quaisquer outras informações julgadas interessantes.

## Bibliografia

Como dissemos, a bibliografia é escassa e dispersa. No caso de Angola, os textos específicos se devem a Júlio de Castro Lopo, já mencionado. Mas Salvato Trigo tem contribuição significativa, quando estuda a literatura angolana (1977 e 1981), do mesmo modo que Carlos Ervedosa (2001), também já referido, e Francisco Soares (2001). Devem-se lembrar, ainda, A. Borges de Mello (1985) e de maneira mais abrangente, Pires Laranjeira (1995), José Júlio Gonçalves (1964) e Mário António de Oliveira (1961).

No caso de Moçambique, destacam-se menos autores, como é o caso do volume coletivo *1.º Centenário da Imprensa em Moçambique* (1954), ainda Júlio Gonçalves (1965) e Raul Neves Dias (sem data). De todos eles, contudo, o mais importante é Ilídio Rocha, pela multiplicidade – sendo atualizada a cada novo livro – de estudos a respeito do tema (a maioria dessas publicações aparecem sem data; a mais recente é de 2000).

O jornalismo de Goa tem recebido bons estudos, como os de Jaime Rangel (1957), António dos Mártires Lopes (1971), Sebastião Correia da Silva Leal (1898),

---

31 MOUILAUD, Maurice – O jornal: Da forma ao sentido, Brasília, Paralelo 15. 1997.

José Antonio Ismael Gracias (1880), Antonio Maria da Cunha (1923) ou Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971).

Sobre o jornalismo de Cabo Verde, os raríssimos textos são os de A. X. da Silva Pereira (1895), Mimoso Moreira (1941), Bento Levy (1974), Maria Aparecida Santilli (2007) e José Júlio Gonçalves (1966).

Há ainda uma bibliografia abrangente, como a obra de Fernanda Reis (1943) ou de Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1885).

Como o título desse estudo indica, optamos pela referência a uma *imprensa colonial de expressão portuguesa*, como se disse, na linha seguida por Salvato Trigo, a propósito das literaturas africanas, exposta em **Luandino Vieira, o logoteta**<sup>32</sup>.

A *imprensa colonial* tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colónias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados nas colónias. Ela é *colonial*, não porque ideologicamente defenda o colonialismo e a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial e sócio-cultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colónias, que ocorre depois da Revolução de 1910, que estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independitização das antigas colónias.

Quanto ao uso de *expressão portuguesa*, é porque ela traduz, para a língua portuguesa, o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado ou com aquela região identificado. Não podemos referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa caboverdeana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas de Angola, Moçambique ou de Goa. Definimos, deste modo, com clareza, o objeto de estudo: a imprensa produzida nas antigas colónias de Portugal que se expressou em língua portuguesa, exclusivamente.

Um segundo recorte foi dirigido àquela imprensa que apresentou maior importância em seu desenvolvimento, qual seja, a de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa<sup>33</sup>. O fato de excluirmos os Açores (que possuem o jornal mais antigo da expressão portuguesa ainda em circulação), a Madeira ou São Tomé e Guiné Bissau, além de Macau, deve-se ao fato de que estes estudos já estão bastante bem desenvolvidos, necessitando, contudo, de uma unificação com os demais, para que se

32 TRIGO, Salvato – Luandino Vieira, o logoteta, Porto, Brasília. 1981.

33 Goa, e não Índia, porque os jornais em Goa mantiveram-se, em boa parte, editados em português, total ou majoritariamente, enquanto que outros jornais indianos foram editados em inglês ou idiomas locais.

alcançe uma visão de conjunto, o que é, justamente, nosso objetivo concretizar. Ou porque o surgimento da imprensa nessas antigas colônias é bem mais recente e até contemporânea a outras mídias.

## Algumas características

As características que, a seguir, pretendemos identificar como *comuns* aos jornais estudados, por extensão, poderão também ser aplicadas em grande parte aos demais jornais da imprensa colonial ou do jornalismo da época, hipótese que estamos buscando confirmar, à medida em que desenvolvemos nossos estudos:

1. envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por consequência, a não-devolução implicava na aceitação do mesmo e na emissão do boleto de cobrança, *a posteriori*;

2. registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia quanto nas demais colônias ou metrópole. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais), condenações ou absolvições;

3. intenso e contínuo diálogo entre os jornais das colônias e destes com as publicações da metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, seja os coloniais, referindo outros jornais coloniais, seja referindo a imprensa da metrópole e, muitas vezes, sendo por ela referida e transcrita também. Dependendo do jornal metropolitano que fizesse a transcrição, certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;

4. isso implica, assim, também, na constituição de um campo específico de circulação, para além do círculo de leitores leigos e gerais, ou específicos – mas no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo – que a publicação buscava alcançar: pode-se, aqui, pois, aplicar o conceito de *campus* tão bem

desenvolvido por Pierre Bourdieu<sup>34</sup>. Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto de imprensa de então;

5. envio obrigatório dos exemplares, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;

6. o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos é procedimento comum. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

7. boa parte dos jornais coloniais, especialmente os de Angola e de Moçambique são editados por anti-monarquistas. Assim, seus editores e/ou diretores são exilados políticos ou funcionários públicos do Judiciário, o que não os livra de novas penalidades impostas pela metrópole;

8. contudo, menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava as colônias. Assim, instituições como o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Lembro que, apesar dos nomes, elas são todas formadas por capital estrangeiro, especialmente inglês ou alemão. Em conseqüência, são também as mais visadas pelas publicações. Essa situação se agrava quando da tensão provocada por potências como Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, que pretendem ampliar sua presença no continente africano, ou ao longo da I Grande Guerra;

9. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra, etc. Evidentemente, a instituição do Estado Novo se reflete a médio prazo na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e qualquer publicação. Mas curiosamente, essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a

---

34 BOURDIEU, Pierre – O poder simbólico, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2000.

companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não é motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;

10. as dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas suas dimensões; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é dedicada à publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns jornais de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido e em geral são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida);

11. há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas.

Essas primeiras observações, como dissemos, buscam tão somente levantar alguns pontos em comum às publicações. Evidentemente que o levantamento realizado, e que se encontra ainda em condições intermediárias, de elaboração, abre caminho para um sem-número de estudos, quer no âmbito daquele trabalho maior de uma história comparada entre o jornalismo lusitano e o brasileiro, incluindo-se aí as colônias portuguesas, quer um estudo específico que reúna todas essas colônias, e que é incompleto, quando existe. Ou, enfim, estudos específicos sobre o jornalismo de cada colônia, hoje nação, com suas características e o detalhamento de cada um de seus jornais, já que o material disponível é, em geral, de caráter histórico, e não analítico. Enfim, abre-se caminho, ainda, para estudos temáticos, sobretudo aqueles que interessam diretamente à teoria e à história do jornalismo, como, por exemplo, a respeito das concepções sobre jornalismo, a função social da imprensa, a resistência à censura, etc., que tais impressos e seus editores apresentavam à sociedade de então. E também, é claro, no desdobramento do projeto, para a história desse jornalismo após as independências dessas colônias, a partir de 1975.

## Referências

- ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito – Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias ultramarinas portuguesas, Lisboa, Imprensa Nacional. 1885.
- BARROS, Eduardo Jarros – “A imprensa portuguesa em Goa, na Índia”, Lisboa, Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, SOPCOM. 2004, ps. 95 a 108.
- BOURDIEU, Pierre - O poder simbólico, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2000.
- BRANDÃO, Fernando de Castro– História da expansão portuguesa (1367 – 1580) – Uma cronologia, Odivelas, Europress. 1995.
- BRITO, Bernardo Gomes de – Historia trágico-marítima, Rio de Janeiro, Lacerda Editores-Contraponto. 1998.
- CARVALHO DE MENEZES, Vasco Guedes – “Apresentação do Boletim do Governo da Província de Moçambique, in NEVES, João Alves das (1989) – História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo, Lisboa, Direcção-Geral da Comunicação Social.
- CHAPARRO, Manuel Carlos – Sotaques d’aquém e d’além mar, São Paulo, Summus. 2008.
- CUNHA, Antonio Maria da – A Índia Portuguesa, Nova Goa, Imprensa Nacional. 1923.
- DA INTRODUÇÃO DA TIPOGRAFIA À PASSAGEM DE LOURENÇO MARQUES A CIDADE – CONTEXTO HISTÓRICO -1854 – 1887 (1954).
- DEVI, Vimala et SEABRA, Manuel de – A literatura indo-portuguesa, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1971.
- DIAS, Raul Neves – A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954. Lourenço Marques, Imprensa Nacional. 1954.
- ERVEDOSA, Carlos – Roteiro da literatura angolana, Lisboa, Edições 70. 2001.
- GONÇALVES, José Júlio – A informação em Angola. Elementos para o seu estudo. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. 1964.
- GONÇALVES, José Júlio – A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. 1965.
- GONÇALVES, José Júlio – A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1966.
- GRACIAS, José Antonio Ismael – A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos, Nova Goa, Imprensa Nacional. 1880.
- GUIRADO, Maria Cecília – Relatos do descobrimento do Brasil – As primeiras reportagens, Lisboa, Piaget. 2001.
- LARANJEIRA, Pires – Literaturas africanas de expressão portuguesa, Lisboa, Universidade Aberta. 1995.
- LEAL, Sebastião Correia da Silva - Jornais indo-portugueses. Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898, Lisboa, Imprensa de Libânio de Silva. 1898.
- LEVY, Bento– Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde. Sem indicação de editora. 1974.
- LOPES, António dos Mártires – Imprensa de Goa – Monografia pelo 150º. Aniversário do primeiro jornal de Goa. Sem indicação de editora. 1971.
- LOPO, Júlio de Castro - Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola. 1964.
- LOURENÇO, João Pedro da Cunha – A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923, Luanda, Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto. Dissertação de Mestrado. Mimeo. 2003.
- MELO, A. Borges de – A influência do Brasil no jornalismo de Angola, Nova Iguazu, Semana Ilustrada Editorial Ltda. 1985.

- MOUILLAUD, Maurice - O jornal: Da forma ao sentido, Brasília, Paralelo 15. 1997.
- MURIAS, Manuel – História breve da colonização portuguesa, Lisboa, Ática. 1940.
- NEVES, João Alves das (1989) – História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo, Lisboa, Direcção-Geral da Comunicação Social.
- NOVAS DA INFELICIDADE DA ARMADA DE SUA MAJESTADE QUE ESCREVEU O MESTRE DA SOTA CAPTAINA, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 2, no. 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado na obra antes mencionada.
- OLIVEIRA, Mário Antonio de – A sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor. Luanda, Editorial NOS. 1961.
- 1º. CENTENÁRIO DA IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE – Conferências proferidas no Salão dos Organismos Económicos, em 13 de maio de 1954. Sem indicação de editora. 1954.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso – História da imprensa, Lisboa, Planeta. 1994.
- RAFAEL, Gina Guedes et SANTOS, Manoela – Jornais e revistas portuguesas do século XIX, Lisboa, Biblioteca Nacional. 2001.
- RANGEL, Jaime – A imprensa em Goa, Goa, Bastorá, Tipografia Rangel. 1957.
- REIS, Fernando – O jornalismo colonial na metrópole, Lisboa, Agência Geral das Colónias. 1943.
- ROCHA, Ilídio – A imprensa de Moçambique, Lisboa, Livros do Brasil. 2000.
- RODRIGUEZ, Alberto Pena et ROCHA, Nuno – “História do jornalismo português” in QUINTERO, Alejandro Pizarroso – História da imprensa, Lisboa, Planeta. 1994.
- SILVA, Henrique Rola da – Informação portuguesa de Macau, Macau, Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau. 1992.
- SOARES, Francisco – Notícia da literatura angolana, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2001.
- SOUSA, Jorge Pedro; PINTO, Mário; SILVA, Nair; SILVA, Gabriel; DELICATO, Mônica - A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria. Porto: Universidade Fernando Pessoa. 2007.
- TENGARRINHA, José – História da imprensa periódica portuguesa, Lisboa, Caminho. 1989.
- TRIGO, Salvato – Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa, Porto, Brasília. 1977.
- TRIGO, Salvato - Luandino Vieira, o logoteta, Porto, Brasília. 1981.